

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.252 - SC (2018/0340432-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **L E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**
REPR. POR : **TYCHO BRAHE FERNANDES NETO**
REPR. POR : **LILY ELFRIDA BERENHAUSER FERNANDES**
ADVOGADOS : **ANA CRISTINA FERRO BLASI E OUTRO(S) - SC008088**
 : **FLAVIA CARDOSO CAMPOS GUTH - DF020487**
 : **VICTOR ALESSANDRO GONSALVES DE MACÊDO -**
 : **DF055097**
AGRAVADO : **MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS**
PROCURADOR : **HILÁRIO FELIX FAGUNDES FILHO E OUTRO(S) - SC008166**
INTERES. : **HENRIQUE BERENHAUSER - ESPÓLIO**
REPR. POR : **GEORGIA GWINNER BERENHAUSER - INVENTARIANTE**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DESAPROPRIAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC/2015. OCORRÊNCIA. OMISSÃO CARACTERIZADA. NULIDADE DO ACÓRDÃO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por LE Empreendimentos Imobiliários LTDA, em face de decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. NULIDADE. ANÁLISE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO PRETORIANO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

O agravante reitera a alegada negativa de prestação jurisdicional no sentido de que não houve manifestação do Tribunal de origem acerca dos seguintes temas: a) os motivos utilizados para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença e as premissas fáticas da ação pretérita não fazem coisa julgada, ou seja, a premissa fática firmada na ação de desapropriação sobre a qual foi homologada a desistência da municipalidade, embora reconhecesse a viabilidade do retorno dos imóveis ao estado anterior, não faz coisa julgada; b) há necessidade de valoração da prova pericial produzida nestes autos.

Ademais, também defende a inaplicabilidade da Súmula 284/STF quanto à indicada violação ao art. 282, § 2º, do CPC/2015, sob o fundamento de que a

fundamentação da Agravante foi correta e suficientemente delineada em seu Recurso Especial.

Por fim, defende que não merece prosperar a incidência da Súmula 284/STF quanto ao indicado dissenso pretoriano. No ponto, destaca que *as razões recursais demonstram de forma clara que a divergência circunscreve-se ao art. 469, inciso II, do CPC/1973, que previa que “a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença” não constitui coisa julgada (atual redação do art. 504, inciso II, do CPC/2015) - fl. 1040 e-STJ.*

É o relatório.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.*

Verifica-se que os argumentos aduzidos nas razões do agravo interno revelam-se plausíveis, bem como a necessidade de reanalisar o caso em concreto, o que impõe a reconsideração da decisão agravada.

Na hipótese dos autos, o ora agravante, L.E. Empreendimentos Imobiliários LTDA, ajuizou ação de indenização c/c perdas e danos em face do Município de Florianópolis/SC a fim de que fosse reconhecida a necessidade de recomposição patrimonial dos danos decorrentes da ocupação de imóveis objetos de ação de desapropriação.

A propósito, consta no acórdão recorrido, que os imóveis sofreram invasões antes mesmo da ação de desapropriação direta intentada pela Administração Pública, todavia, afirma que foram promovidas as competentes demandas de reintegração. Ocorre que, após a homologação do pedido de desistência da municipalidade na ação de desapropriação, a parte autora não conseguiu recuperar integralmente a área invadida, motivo pelo qual busca o pagamento de indenização a fim de recompor o seu patrimônio.

O Tribunal de origem reformou a sentença de parcial procedência e firmou o entendimento segundo o qual seria incabível indenização na hipótese. Nesse sentido, os seguintes excertos (fls. 911/914 e-STJ):

Restam incontroversos, a essa altura da tramitação processual, 2 pontos: 1) a irreversível extinção da ação real diante do desinteresse do ente o público na destinação social; 2) a perda da posse por relevante lapso temporal a culminar no recrudescimento da ocupação desses imóveis por terceiros durante o desenvolvimento do processo originário.

[...]

Não se pode jamais perder de vista que a presente lide tem por intuito a compensação pelos prejuízos decorrentes da desistência do objetivo desapropriatório pelo ente federativo e o alijamento do senhorio por todo o tempo de processamento daquele litígio. Em hipótese alguma deve representar a indenização da área em si, porque aqui não se dará transmissão do domínio.

E, nesse aspecto, faz-se oportuna importante ponderação: **este juízo está inevitavelmente atrelado à premissa fática sobre a qual se erigiu esta Corte para aceitar a desistência do Município. Explica-se: desde aqueles autos a alegação dos autores era no sentido da inviabilidade de retorno dos bens ao estado anterior e esta assertiva fora expressamente rechaçada pela Corte, que considerou sim possível a devolução do patrimônio aos postulantes (Agravo de Instrumento n.**

01.007772-8).

[...]

Ora, se consolidado o entendimento (porque transitado em julgado - l. 554 do caderno em apenso) de que a reposição da propriedade é viável, não há em falar em indenização sobre a área.

Ademais, não se sabe ao certo a extensão do dano, porquanto, repita-se, a retomada dessas áreas afigura-se em tese possível. Não se tem, por exemplo, notícia de eventual usucapião intentada pelos moradores da região ou n, qualquer outro ato judicial que impeça essa reintegração.

Dito isso, parece lógico que o prejuízo nem corresponderá exatamente ao montante declinado no laudo pericial de 1996 - que era, frise-se, o valor da terra naquela ocasião -, nem tampouco corresponderá à atual o avaliação mercadológica dos bens, porquanto a propriedade não está sendo alienada, permanece sob o domínio da autora.

Compulsando a jurisprudência pátria, percebe-se que o Superior Tribunal de Justiça encontra saída bastante ponderada para controvérsias desse jaez, onde há desistência da desapropriação e então insubsistente a o transferência do direito real.

De acordo com a Corte Superior a indenização será representada unicamente pela incidência de juros compensatórios pelo período do efetivo o desapossamento: desde a imissão na posse até a desocupação dos imóveis pela municipalidade. Para tanto, colacionam-se os seguintes precedentes:

[...]

Em resumo, a indenização será representada unicamente pelos juros compensatórios incidentes sobre o período correspondente à data da imissão da posse (junho/1995) até a desocupação definitiva, que, no caso, coincide com a data de encerramento da lide, quando fora definitivamente aceita a desistência (trânsito em julgado em janeiro/2011).

(Sem destaques no original).

Sendo assim, o ora agravante opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Após, reiterou as teses omitidas em sede de recurso especial ao indicar a violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

No ponto, assevera que o Tribunal de origem não se manifestou acerca das seguintes teses suscitadas oportunamente: a) *a premissa fática adotada em determinado processo como verdadeira não faz coisa julgada a novos processos* (fl. 959 e-STJ); b) *valoração do laudo pericial produzido nos presentes autos (fls. 523 e seguintes), sem consignar os motivos que o levaram a desconsiderá-lo* (fl. 958 e-STJ). A esse respeito, o recorrente assevera no recurso especial que o Tribunal "a quo" não poderia deixar de apreciar a perícia judicial produzida na presente ação, sob contraditório, alegando estar vinculado a condições fáticas relatadas há 17 anos em processo pretérito transitado em julgado, pois *inexiste coisa julgada dos motivos, "ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença e a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença. (art. 504, I e II, do CPC) - fl. 960 e-STJ.*

Com efeito, observa-se que, de fato, o Tribunal de origem não apreciou argumentos determinantes relacionados às peculiaridades do caso concreto que poderiam alterar o resultado da lide.

Assim, não obstante a relevância das questões mencionadas, suscitadas em momento oportuno, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre elas, mesmo após a oposição de embargos de declaração e a determinação desta Corte Superior, restando,

portanto, omissa o acórdão recorrido.

Para fins de conhecimento do recurso especial, é indispensável a prévia manifestação do Tribunal *a quo* acerca da tese de direito suscitada, ou seja, a ausência de prequestionamento impede o conhecimento do recurso (Súmulas 282 e 356 do STF e Súmula 211/STJ). Assim, tratando-se de questão relevante para o deslinde da causa que foi suscitada no momento oportuno e reiterada em sede de embargos de declaração, a ausência de manifestação sobre ela caracteriza ofensa ao art. 1022 do CPC. Verificada tal ofensa, em sede de recurso especial, impõe-se a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, para que seja proferido novo julgamento suprimindo tal omissão.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. AUTORIDADE COATORA. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. OMISSÃO QUANTO AO EXAME DE ALEGAÇÕES RELEVANTES. VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC/2015 CARACTERIZADA.

1. Cuida-se de acórdão que, em julgamento do recurso de Apelação, "(...) concedeu a segurança para determinar a homologação do resultado final do concurso público promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com a intenção de prover vaga destinada a cargo de Professor Adjunto, Nível 1, do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva da Escola de Veterinária" (fl. 668, e-STJ).

2. Em Embargos de Declaração opostos na origem, a agravante questionou que não houve manifestação sobre a tese de ilegitimidade passiva ad causam. Assevera que "(...) a remessa necessária devolve ao Tribunal todas as questões submetidas ao juízo de primeiro grau.

Nesse passo, restou omissa o acórdão embargado ao não se pronunciar a respeito da ilegitimidade passiva da autoridade impetrada (Presidente da Congregação da Escola de Veterinária) uma vez que o ato coator fora editado por órgão colegiado (Congregação da Escola de Veterinária da UFMG)" (fl. 724, e-STJ).

3. Ocorre que os Embargos de Declaração foram rejeitados sem que a questão da legitimidade fosse solucionada.

4. O ponto é relevante, na medida em que as decisões do Poder Judiciário devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade.

5. Agravo conhecido para se conhecer em parte do Recurso Especial, apenas em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, dar-lhe provimento para determinar que o Tribunal a quo efetue novo julgamento dos Embargos de Declaração, com exame explícito do ponto indicado.

(AREsp 1549621/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 18/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO CARACTERIZADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. INTERESSE PROCESSUAL DO RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em

Superior Tribunal de Justiça

09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É omissa a decisão que deixa de manifestar-se sobre questões relevantes, oportunamente suscitadas e que poderiam levar o julgamento a um resultado diverso do proclamado. Nessas condições, a não apreciação de tese, à luz de dispositivos constitucional e infraconstitucional indicados a tempo e modo, impede o acesso à instância extraordinária. Prejudicada a análise das demais questões suscitadas no Recurso Especial.

[...]

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1676785/MA, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 1021, § 2º, do CPC/2015 c/c o art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão de fls. 1020/1024 e-STJ, nos termos do art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos embargos de declaração, prejudicadas as demais insurgências.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator